

CIDADANIA DA  
UNIÃO EUROPEIA NO  
PROCESSO DE EUROPEIZAÇÃO

EM DEFESA DA CIDADANIA PÓS-NACIONAL



**TATIANA BRUHN PARMEGGIANI**

Professora de Direito Internacional Privado no Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP)

Doutoranda e Mestre em Direito Internacional pela

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Especialista em Direito Internacional Público, Privado e Direito da Integração

pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Bolsista por mérito acadêmico na The Hague Academy of International Law (THAIL) e

Pesquisadora-visitante no Max-Planck-Institut für ausländisches und  
internationales Privatrecht (MPI)

# CIDADANIA DA UNIÃO EUROPEIA NO PROCESSO DE EUROPEIZAÇÃO

EM DEFESA DA CIDADANIA PÓS-NACIONAL



Belo Horizonte

2020

## CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge Bacelar Gouveia – Portugal
André Cordeiro Leal	Jorge M. Lasmar
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jose Antonio Moreno Molina – Espanha
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	José Luiz Quadros de Magalhães
Bernardo G. B. Nogueira	Kiwonghi Bizawu
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Henrique Soares	Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Claudia Rosane Roesler	Luiz Manoel Gomes Júnior
Clêmerson Merlin Clève	Luiz Moreira
David França Ribeiro de Carvalho	Márcio Luís de Oliveira
Dhenis Cruz Madeira	Maria de Fátima Freire Sá
Dirceô Torrecillas Ramos	Mário Lúcio Quintão Soares
Edson Ricardo Saleme	Martonio Mont’Alverne Barreto Lima
Eliane M. Octaviano Martins	Nelson Rosenvald
Emerson Garcia	Renato Caram
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Florisbal de Souza Del’Olimo	Rodolfo Viana Pereira
Frederico Barbosa Gomes	Rodrigo Almeida Magalhães
Gilberto Bercovici	Rogério Filippetto de Oliveira
Gregório Assagra de Almeida	Rubens Beçak
Gustavo Corgosinho	Sergio André Rocha
Gustavo Silveira Siqueira	Vladmir Oliveira da Silveira
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Wagner Menezes
Janaína Rigo Santin	William Eduardo Freire
Jean Carlos Fernandes	

---

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2020.

**Coordenação Editorial:** Fabiana Carvalho  
**Produção Editorial e Capa:** Danilo Jorge da Silva  
**Revisão:** Responsabilidade do Autor

---

341.271 Parmeggiani, Tatiana B..  
P253c Cidadania da União Europeia no processo de europeização: em defesa da cidadania  
2020 pós-nacional / Tatiana Bruhn Parmeggiani. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2020.  
141 p.

ISBN: 978-65-86138-03-0  
ISBN: 978-65-86138-00-9 (E-book)

1. Cidadania da União Europeia; 2. Direito Internacional; 3. Nacionalidade; 4. Processo de europeização; 5. União Europeia. I. Título.

CDDir – 341.12154  
CDD(23.ed.)–341.271

Elaborada por: Fátima Falci  
CRB/6-700

---

**MATRIZ**  
Av. Nossa Senhora do Carmo, 1650/loja 29 - Bairro Sion  
Belo Horizonte/MG - CEP 30330-000  
Tel: (31) 3031-2330

**FILIAL**  
Rua Senador Feijó, 154/cj 64 – Bairro Sé  
São Paulo/SP - CEP 01006-000  
Tel: (11) 3105-6370

[www.arraeseditores.com.br](http://www.arraeseditores.com.br)  
[arraes@arraeseditores.com.br](mailto:arraes@arraeseditores.com.br)

Belo Horizonte  
2020

Aos meus avós amados, Eunice Lima Bruhn e  
Karl Heinz Hubert Bruhn (*in memoriam*).  
Porque o tempo da partida não é nada para  
aqueles que seguem vivos dentro de nós.



## AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer ao meu orientador, Prof. Dr. Augusto Jaeger Junior que desde os tempos da Especialização, acolheu-me como sua orientanda e instigou-me a investigar cada vez mais as inquietudes do Direito Internacional. Agradeço-lhe pela atenção, dedicação, conhecimento compartilhado e, principalmente, por acreditar no meu trabalho.

Aos Professores Dr. Marcelo Schenk Duque e Dra. Vivian Pantaleão Caminha pelas arguições feitas à Banca de Qualificação de valor imensurável. Aos Professores Dr. Elias Grossmann e Dr. Florisbal de Souza Del’Olmo que compuseram a banca final de defesa, contribuindo imensamente para as correções e aperfeiçoamento deste trabalho. Aprendo a cada dia mais com os senhores.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela oportunidade de ter sido contemplada com a bolsa de estudos, a qual me permitiu dedicação exclusiva à pesquisa acadêmica.

À *The Hague Academy of International Law* por ter me brindado com uma bolsa de estudos por mérito acadêmico para o *Summer Course on Private International Law* no ano de 2018 e ter me proporcionado o acesso às mais valiosas referências bibliográficas da área, além da honra de representar o Brasil internacionalmente.

Aos demais Professores do Programa de Pós-Graduação em Direito UFRGS, pelas aulas inspiradoras, discussões frutíferas e pelo comprometimento com a docência.

À Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Direito UFRGS pelo auxílio em todas as horas.

Aos queridos colegas, que hoje são bem mais que colegas, são amigos para a vida. Em especial à Nicole Rinaldi de Barcellos, quem carinhosamente tenho em meu coração como amiga-irmã. Aos colegas de orientação Daniela Copetti

Cravo, Kenny Sontag, Mariah Feijó Pfluck, Mariana Porto Koch, Mariana Sebalhos Jorge e aos colegas Eduardo de Sampaio Leite Jobim, Priscila Borges da Silveira e Priscilla Saraiva Alves.

À minha mãe Mirian Beatriz Lima Bruhn, meu grande exemplo, minha força, meu chão. Obrigada por me ensinar a ter brio na vida.

Ao meu amor da vida, Hiero Miranda Gomes, pela união e companheirismo que perdura ao longo dos anos, pelo incentivo e pela paciência, estando sempre ao meu lado.

Aos meus avós Eunice Lima Bruhn (*in memoriam*) e Karl Heinz Hubert Bruhn (*in memoriam*), a quem agradeço e dedico esta obra, pois sei que onde quer que estejam, estarão orgulhosos de mim.



## SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	XI
APRESENTAÇÃO .....	XVII
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO 2	
CIDADANIA DA UNIÃO EUROPEIA E NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DE UMA TEORIA DA CIDADANIA MAIS EFETIVA.....	5
2.1. CIDADANIA DA UNIÃO: CIDADANIA “SUI GENERIS” .....	5
2.1.1. Cidadania da União no processo de europeização: perspectiva cidadã na integração da União Europeia.....	6
2.1.2. Nacionalidade e cidadania na União Europeia: preocupação comum para todos os Estados-membros?.....	13
2.2. DESAFIOS DA CIDADANIA DA UNIÃO EUROPEIA .....	23
2.2.1. Regionalismo e Multiculturalismo: relações com o princípio da livre circulação de pessoas e relevância do Eurobarômetro na União Europeia.....	25
2.2.2. Análises de pesquisas Eurobarômetro e de julgados do Tribunal de Justiça da União Europeia, referentes ao Estatuto da Cidadania da União Europeia.....	34
CAPÍTULO 3	
ESTRUTURA NORMATIVA DA CIDADANIA NA EUROPA .....	47
3.1. ANÁLISES DAS ORIENTAÇÕES DA DIRETIVA 2004/38/CE E DEMAIS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO DE CIDADANIA NA UNIÃO EUROPEIA.....	47

3.1.1. Regras de Cidadania na Europa frente à cidadania etnocultural: recusa à apatridia? .....	49
3.1.2. Domínios normativos: entre o desejo da livre associação e a noção de pertencimento cultural a um dos Estados-membros.....	54
3.2. CIDADANIA NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO EUROPEU: CONSTRUÇÃO DE UM ENTENDIMENTO .....	61
3.2.1. Cidadania da União Europeia: implicações da concretização da saída do Reino Unido da União Europeia .....	64
3.2.2. Propostas para o futuro do Instituto da Cidadania da União Europeia: pode-se pensar em cidadania pós-nacional?.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	87
REFERÊNCIAS .....	91
ANEXOS .....	99

## PREFÁCIO

Com imenso prazer, como sempre ocorre quando sou lembrado para escrever um Prefácio, recebi o convite da hoje Mestra e Doutoranda em Direito Internacional, Tatiana Bruhn Parmeggiani, para esse do seu primeiro livro, de título **“Cidadania da União Europeia no processo de europeização: em defesa da cidadania pós-nacional”**, publicado nesse ano de 2020, pela Arraes Editores, de Belo Horizonte, que muito se dedica a essa área e está sempre presente nos congressos em que participamos.

A Tatiana Bruhn Parmeggiani era uma jovem bacharela em Direito quando a conheci no Processo Seletivo de 2015 para as vagas do Curso de Especialização em Direito Internacional Público e Privado e Direito da Integração - O Novo Direito Internacional, do Programa de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGDir/UFRGS). Apresentou-se para a seleção como vinda da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, uma universidade de referência no Brasil, tendo realizado o seu curso em Porto Alegre, cidade da qual é natural.

Durante a seleção, eu e a Professora Claudia Lima Marques observamos que a Tatiana Bruhn Parmeggiani já havia concluído o curso de bacharelado e então desejava se dedicar a temas de interesse do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS. Essas referências da Tatiana, que são comuns também a outros dos nossos alunos, somente poderiam resultar em sua aprovação para ingressar no Curso de Especialização O Novo Direito Internacional da UFRGS.

No decorrer dos anos de 2015 e 2016, a Tatiana dedicou-se com afinco às disciplinas do Curso de Especialização e participou da equipe de pesquisadores do Grupo de Pesquisa UFRGS/CNPq em Direito Internacional da Concorrência, que lidero na instituição. O Grupo de Pesquisa em Direito Internacional da Concorrência havia sido criado há dez anos, em 2006, na

Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Inicialmente idealizado como um espaço para os acadêmicos discutirem questões pragmáticas envolvendo o direito comunitário da concorrência, o Grupo de Pesquisa foi crescendo gradualmente e foi institucionalizado, sob a liderança dos Professores Doutores Augusto Jaeger Junior e Cláudia Lima Marques, junto à Faculdade de Direito da UFRGS e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Posteriormente, em 2007, teve o seu âmbito de atuação ampliado pela primeira vez, passando a se dedicar ao direito internacional da concorrência, a partir de quatro perspectivas. A primeira é a do unilateralismo. Ela retrata uma série de problemas pertinentes à problemática da aplicação extraterritorial unilateral do direito da concorrência em específico, que passa pelo estudo das questões de jurisdição estatal, dos limites jurisdicionais do Estado e dos fundamentos da jurisdição extraterritorial, e o desenvolvimento da teoria dos efeitos, como base da aplicação extraterritorial do direito da concorrência nos Estados Unidos da América, na União Europeia e no Brasil.

A segunda e a terceira são as do multilateralismo e do bilateralismo. Nelas são estudados, em primeiro lugar, as razões, os objetivos e as objeções a um direito internacional da concorrência e, em segundo lugar, os inúmeros esforços que foram empreendidos para tanto desde a iniciativa da Liga das Nações até os dias de hoje. A quarta perspectiva é a do regionalismo, que se dedica a investigar os avanços na matéria de concorrência em processos de integração econômica regional, especialmente na União Europeia e no Mercosul.

Em 2011, o Grupo de Pesquisa consolidou uma segunda ampliação do seu âmbito de investigação. Desde então, passou a dedicar-se ao direito internacional público e privado e ao direito da integração como um todo. Para marcar essa maioria, a UFRGS sediou, nos dias 26 a 28 de setembro daquele ano, um Ciclo de Palestras sobre a Europeização do Direito Internacional Privado, uma atividade de extensão da UFRGS, sob os auspícios do CNPq e da Fundação Alexander von Humboldt.

A partir daquele momento, no Grupo de Pesquisa, o tema da Europeização do Direito Internacional Privado (DIPr) passou a ser intensamente pesquisado, e veio a tocar a Tatiana. Assim, no Curso de Especialização *lato sensu*, na UFRGS, a Tatiana foi por mim orientada em um estudo em que foi tratada “A dupla nacionalidade como elemento de conexão no Direito Internacional Privado da União Europeia”, concluído com êxito em 2016.

Com isso, posteriormente, habilitou-se para cursar o Mestrado em Direito junto ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no qual tive a honra e o prazer de orientá-la durante os anos de 2017 e 2018. Durante o Curso de Mestrado, para além da

tarefa da pesquisa acadêmica, a Tatiana se dedicou com propriedade aos outros dois pilares do grande tripé universitário, a Extensão e o Ensino.

No campo da Extensão, recorro, com carinho, da participação da Tatiana em uma importante atividade de extensão que beneficiou inúmeros alunos do mestrado e do doutorado do PPGDir e da Graduação em Direito da UFRGS durante um semestre. Refiro-me ao Curso de Extensão *O Direito na União Europeia: características, aplicação e instituições mais relevantes*, ministrado pelo professor Dr. Carlos Francisco Molina del Pozo, Diretor do Departamento de Ciências Jurídicas da Faculdade de Direito da Universidad de Alcalá, Espanha, e autor de diversos livros relevantes sobre a União Europeia. Tudo começou no início de 2017, com o apoio do também mestrando Silvio Brambila Fragozo Junior, quando o Professor Molina del Pozo contatou a UFRGS sobre o seu interesse em uma estada de investigação e docência em Porto Alegre, na condição de Professor Visitante da nossa Universidade. Pois bem, o Professor Molina del Pozo passou o segundo semestre de 2017 em Porto Alegre, desenvolvendo inúmeras atividades de ensino e essa de extensão junto à UFRGS. Em 2020, cabe constar, completam-se trinta anos que o Prof. Carlos Francisco Molina del Pozo obteve a “Cátedra Jean Monnet de Derecho Comunitario”, em 1990, conquista que gerou atividades até mesmo aqui em Porto Alegre.

Em paralelo ao Curso de Mestrado, Tatiana Bruhn Parmeggiani seguiu com uma intensa atuação em pesquisa acadêmica e no Grupo de Pesquisa em Direito Internacional da Concorrência (UFRGS/CNPq), vindo a contribuir enormemente para a edição da obra JAEGER JUNIOR, Augusto (Org.). *Europeização da parte geral do direito internacional privado: estudos sobre uma codificação do direito internacional privado na União Europeia através de um Regulamento Roma Zero*. Porto Alegre: Editora RJR, 2016. 584 p.

Esse livro conta com contribuições de quinze profissionais acadêmicos que realizam atividades de pesquisa do Grupo de Pesquisa em Direito Internacional da Concorrência (UFRGS/CNPq), bem como traz trabalhos pertinentes ao tema oferecidos por três professores europeus renomados internacionalmente, Erik Jayme, Jürgen Basedow e Alfonso-Luis Calvo Caravaca, e por um magistrado, Carl Friedrich Nordmeier.

Tatiana Bruhn Parmeggiani publicou um capítulo de livro na obra referida, com enfoque em importante temática do Direito Internacional Privado, de título *Dupla nacionalidade como elemento de conexão no direito internacional privado da União Europeia*. Com efeito, nele Tatiana Bruhn Parmeggiani começou a chamar atenção ao fato de que havia muitas controvérsias envolvendo cidadãos detentores de dupla nacionalidade ou plurinacionalidade na jurisprudência da União Europeia. Por vezes, entende-se o fenômeno da dupla nacionalidade como mais um elemento de conexão presente no DIPr da

União Europeia, atuando conjuntamente com o elemento da nacionalidade, tornando-se assim relevante seu estudo para a construção de uma teoria da nacionalidade mais efetiva e também no intuito de preservação deste instituto.

Para além dessas atuações relevantes no campo da pesquisa, Tatiana publicou artigos afeitos às matérias do Direito Internacional, Direitos Humanos e Direito da União Europeia. Destacam-se, para tanto, as seguintes contribuições publicadas nos anais do CONPEDI, sendo um artigo que explora a noção de cidadania através do prisma do direito internacional dos direitos humanos e outro que analisa os impactos da política migratória na União Europeia, valendo-se de relevante princípio do direito internacional contemporâneo, o princípio do “*non-refoulement*”.

Frisam-se ainda outros relevantes capítulos de livros, sendo o primeiro publicado no livro *O movimento do saber: uma homenagem para Claudia Lima Marques*, organizado por mim e pelos colegas Prof. Dr. Carlos Eduardo Didier Reverbel e Profa. Dra. Sandra Regina Martini, ocasião na qual, Tatiana e os doutorandos Kenny Sontag e Nicole Rinaldi de Barcellos tecem apontamentos sobre a necessidade de proteção dos consumidores brasileiros por meio do direito internacional privado na doutrina de Claudia Lima Marques. Por fim, vale mencionar outro capítulo de livro afeito às questões de cidadania, lançando-se olhares para a experiência europeia a partir do viés defendido por Jürgen Habermas de inclusão do outro.

No âmbito do Ensino, no decorrer do Estágio de Docência realizado no PPGDir, Tatiana preparou e lecionou relevantes aulas sobre a Nacionalidade em Direito Internacional Privado e no Direito Brasileiro, em que abordou, com maestria, os temas Critério de conexão da nacionalidade na doutrina e na legislação de Direito Internacional Privado e Nacionalidade, perda da nacionalidade e extradição no Direito Brasileiro, ante às novidades trazidas pelos paradigmáticos casos envolvendo Claudia Sobral Hoerig e Carlos Nataniel Wanzeler, promovendo exercícios para a análise de casos práticos de aplicação dessas clássicas temáticas junto aos alunos do Curso de Graduação em Direito da UFRGS.

Assim, a atuação da hoje doutoranda Tatiana Bruhn Parmeggiani foi igualmente relevante para o sucesso de todas essas iniciativas acadêmicas, pelo que renovamos os nossos agradecimentos.

Sobre o trabalho ora prefaciado, tenho que a pesquisa que originou esta obra se fundamentou no exame da Cidadania da União Europeia como uma cidadania *sui generis*, ou seja, uma cidadania que se acresce à cidadania nacional, representando um interessante instituto presente no arcabouço jurídico da União Europeia.

Na presente obra, Tatiana Bruhn Parmeggiani dedica-se a explorar a necessidade de criação de uma teoria da cidadania mais efetiva através da defesa

da cidadania pós-nacional. Nesse sentido, a autora organiza seu texto em pontos que vão estabelecendo conexões que permitem a compreensão da cidadania no cenário contemporâneo europeu, operando, assim, na construção de um entendimento, em que nada é tido como meramente local, mas de amplitudes globais e de legítima proteção e promoção da vida humana. A autora perpassa sua investigação não se limitando a apontar apenas os aspectos históricos da construção deste instituto, mas apresentando os desafios e fazendo sugestões legislativas para o tratamento da matéria intrabloco. Preocupa-se também em ilustrar a percepção dos próprios europeus, através das sondagens públicas do Eurobarômetro e aborda os possíveis reflexos da concretização da saída do Reino Unido da União Europeia.

Aponto, com entusiasmo, as contribuições do Prof. Dr. Florisbal de Souza Del'Olmo, quem possui vastos conhecimentos acerca dos temas concernentes à cidadania e nacionalidade, e que, prontamente, acatou meu convite para compor a banca de defesa de Tatiana, juntamente com o Prof. Dr. Elias Grossmann (PUCRS) e a Profa. Dra. Vivian Josete Pantaleão Caminha (UFRGS).

É necessário mencionar que a Tatiana escreve sobre esse tema desde uma ótica bem particular: a autora é detentora de duas nacionalidades, a brasileira e a alemã, atendendo assim, as peculiaridades da condição de cidadã da União Europeia, que acomete aos nacionais de um dos Estados-membros da União Europeia e lhe permite um olhar interno ao fenômeno.

Em meados de 2018 e 2019, ainda se tornou Especialista pelo *Diplôme Droit Comparé et Européen des Contrats et de la Consommation* da Universidade Savoie Mont-Blanc/UFRGS e foi bolsista por mérito acadêmico do Curso de Verão, Sessão de Direito Internacional Privado, da *The Hague Academy of International Law*, em Haia, na Holanda.

Atualmente, a Tatiana segue nos orgulhando na condição de doutoranda em Direito Internacional pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGDir) e realizou uma estada de pesquisa no *Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht* em Hamburgo, na Alemanha, fruto de uma bolsa oferecida pelo Centro de Estudos Europeus e Alemães (CDEA/UFRGS-PUCRS) em parceria com o *Deutscher Akademischer Austauschdienst (DAAD)*.

Por fim, preciso dizer que esse Prefácio me oferece nova oportunidade de agradecer profundamente à Tatiana Bruhn Parmeggiani os auxílios que dela tive nas minhas pesquisas, nas minhas aulas, na condução do Grupo de Pesquisa que lidero, na recepção de colegas professores brasileiros e estrangeiros na UFRGS e na organização dos congressos e das atividades de extensão que realizamos desde o ano de 2015 até hoje. Receba, pois, um muito obrigado desse seu orgulhoso orientador!

Ao final dessa apresentação, renovo os meus votos de sucesso acadêmico e literário para a Tatiana Bruhn Parmeggiani, hoje doutoranda junto ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFRGS e autora de livro na área de Direito Internacional, e para a Arraes Editores, pela qual também tenho grande apreço.

**PROF. DR. AUGUSTO JAEGER JUNIOR**

Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS.  
Coordenador Substituto, bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq.  
Presidente da Câmara de Pesquisa da UFRGS.



## APRESENTAÇÃO

Conheci Tatiana Bruhn Parmeggiani quando o Prof. Dr. Augusto Jaeger Junior, que tenho a graça de conviver, na academia e na vida privada, há mais de um quarto de século, me convidou para participar da banca examinadora em que ela defenderia a dissertação “A Cidadania da União Europeia no Processo de Europeização e a possibilidade de uma cidadania pós-nacional”, no Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em janeiro de 2019.

Como sói acontecer com todas as orientações do Prof. Dr. Augusto Jaeger Junior, o trabalho de Tatiana mereceu unânime aprovação e reconhecimento de todos os examinadores, que sugeriram a sua publicação. E isso ocorre agora pela acolhida da Editora Arraes, com obra intitulada *Cidadania da União Europeia no Processo de Europeização: em defesa da cidadania pós-nacional*, ganhando consistência no conteúdo e enriquecimento com as contribuições então oferecidas.

Alcançando, em sequência, com todos os méritos, no mesmo Programa, ingresso no Curso de Doutorado, a autora me concede a graça de escrever esta apresentação. Consciente do desafio que tal convite representa, aceitei-o como uma missão.

Primeiro e ainda o único organismo transnacional, a União Europeia, com base na igualdade, solidariedade, uniformidade, proporcionalidade e no equilíbrio institucional vem buscando incessantemente o princípio fundamental da cidadania. E a cidadania no processo de europeização do megabloco se constitui no cerne desta obra singular. Ademais, essa ideia se complementa com a defesa de uma cidadania pós-nacional. Já no início de sua pesquisa, Tatiana enfatiza que o grande conjunto formado na realização do bloco irá unir-se na sua diversidade econômica, política e cultural.

Outrossim, a dissertação, que ora se transforma em obra paradigmática sobre o tema, tinha como um dos seus objetivos contribuir para a construção de uma teoria de cidadania mais efetiva de proteção do ser humano, individualmente, no contexto jurídico da União Europeia. Frise-se, ainda, que o artigo 20 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, instituiu a *cidadania da União*, que se acresce à cidadania nacional, embora não a substitua. Trata-se, assim, de uma cidadania adicional.

Tatiana Bruhn Parmeggiani preconiza que a cidadania da União consiga, em parte pelo menos, romper com a nacionalidade e incluir todas as pessoas que vivam no território da União Europeia, mesmo os que ostentem a nacionalidade de país a ela não pertencente. Assim, a cidadania da União se tornaria mais aberta, acessível e assertiva em relação ao nacionalismo exacerbado, o que fortaleceria o próprio *slogan* do megabloco, *Unidos na Diversidade*.

Recorde-se que o cidadão da União já dispõe do direito de circular livremente no território de todos os países do megabloco e pode ser candidato nas eleições municipais do Estado de sua residência, bem como nas eleições para o Parlamento Europeu, em condições idênticas aos nacionais desse país. Ademais, goza do direito de petição ao Parlamento Europeu e de se dirigir por escrito, em uma língua oficial da União, a qualquer das suas instituições e obter resposta redigida no mesmo idioma.

Esta obra enaltece a propositura, em julho de 2018, para que os cidadãos da União passem a dispor de uma Cidadania da União Europeia Permanente, que viria garantir que tal *status* e direitos inerentes, uma vez adquiridos, não possam ser perdidos. Os organizadores desse projeto visam, em particular, os cidadãos do Reino Unido, se e quando se consolidar o *Brexit*. Nesse caso, os britânicos não perderiam essa importante condição. Em outros termos, estar-se-ia diante de uma reestruturação do Estatuto da Cidadania da União Europeia a partir da vontade de seus cidadãos, ampliando as condições de admissibilidade, uma vez respeitados os sublimes valores desta união político-econômica.

A autora analisa a condição do cidadão britânico nesse eventual contexto, enfatizando que sempre deverá prevalecer a ideia de que “os cidadãos não são indivíduos abstratos, amputados de suas relações de origem, mesmo quando observados como personalidades jurídicas”, caso se instaure um novo código de conduta e estruturação social no desenlace da União Europeia com o Reino Unido.

O problema dos seres humanos privados de qualquer nacionalidade, a *apatridia*, transforma essas pessoas em desprotegidas e hipossuficientes no cenário internacional. O próprio termo designativo, embora muito usado, é politicamente incorreto e porta forte viés estigmatizante, dando ideia de supressão do vínculo desse ser humano com sua pátria, um dos mais necessários, valiosos e caros ao indivíduo.

Nessa linha de entendimento, sugere-se, por se considerar mais adequado, o uso do termo “*anacionalidade*”, pelo acréscimo do prefixo grego *a, an*, indicativo de negação, privação, *ausência* (sem), à palavra *nacionalidade*. Esse termo se opõe a *nacionalidade*, designativo do instituto, ao invés de *apatridia*, que contraria, na verdade, a ideia de *patridia*. Designar esse cidadão por *anacional*, termo menos contundente e mais brando do que *apátrida*, dá conotação de transitoriedade a sua situação e leva ao entendimento de que essa condição será passageira, pela inserção da pessoa entre os nacionais de um Estado.

Este livro de Tatiana Bruhn Parmeggiani se soma, auspiciosamente, nessa busca de um reconhecimento da dignidade do anacional. Assim, no item 3.1.1 – *Regras de Cidadania na Europa frente à cidadania etnocultural: recusa à apatridia?* – a autora traz relevantes subsídios nessa caminhada, preconizando a atribuição de cidadania pelo critério de etnoculturalidade, um valioso mecanismo de recusa a essa abjeta condição. Assim, pessoas que possuam uma identificação com determinada cultura, de um determinado país, forçarão o reconhecimento de uma prerrogativa de direito.

Ademais, a cidadania tem hoje outros alcances, passando a representar também os Direitos Humanos, e, como tal, surge a necessidade de que sua garantia seja tornada universal, de forma cosmopolita, respeitando as diferenças presentes no mundo real, vivo, ou seja, a multiculturalidade. Na conclusão de sua obra, Tatiana Bruhn Parmeggiani preconiza que neste mundo de estresses e fragilidades constantes, nada seria mais coerente que o Instituto da cidadania se transformasse em um mecanismo de acolhimento, visando à promoção da diversidade na União Europeia.

Por fim, somente resta cumprimentar a autora, pela bela e considerável obra, fruto de uma pesquisa dedicada e que busca trazer luzes a uma situação que preocupa grande parte, senão a totalidade da comunidade de pesquisadores internacionalistas, tanto da vertente do Direito Internacional Público, quanto do Direito Internacional Privado.

#### PROF. DR. FLORISBAL DE SOUZA DEL’OLMO

Doutor em Direito (UFRGS). Estágio pós-doutoral (UFSC). Professor colaborador do Curso de Pós-Graduação em Direito Mestrado e Doutorado do Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA)